

# A RELEVÂNCIA DE UMA PERGUNTA INAUGURAL

ILANA STROZENBERG

Ações afirmativas são estratégias anti discriminatórias? Se a questão possui algum interesse teórico e na prática que se encontra o seu campo de relevância maior. Pois dos debates por ela motivados e das respostas a partir deles consagradas podem resultar ações políticas efetivas eficazes ou não no sentido de promover um modelo de sociedade mais justa e igualitária.

Mas o que são afinal ações afirmativas? Se quase exaustiva a discussão em torno do significado desta expressão ainda não foi esgotada. De um modo geral consensual mesmo a noção aparece associada a um tipo de política corretiva. Iniciativas de ação afirmativa seriam aquelas que têm como objetivo amplo corrigir uma defasagem entre o ideal igualitário predominante e/ou legitimado nas modernas sociedades democráticas e um sistema de relações sociais marcado pela desigualdade e pela hierarquia.

Excessivamente genérica no entanto esta noção menos resolve do que coloca problemas. Desde logo em relação ao que se entende por ideal igualitário que tem como contraponto, o modo como e pensado o lugar das diferenças no contexto social. Seu conteúdo difere não apenas de sociedade para sociedade mas também no interior de uma mesma sociedade. A este respeito me atenho aqui principalmente, ao tema específico das diferenças raciais.

Edward Telles no início de seu artigo aponta para a hipótese sugerida por Lipsett de que os impasses enfrentados pelas políticas de ação afirmativa nos EUA e mais especificamente no caso da Universidade da Califórnia têm a ver com o confronto entre duas noções distintas de igualdade. Uma delas que enfatiza a igualdade entre grupos estaria na base de iniciativas como a do estabelecimento de cotas para as diferentes populações desfavorecidas por critérios como etnia raça e gênero. A outra que enfatiza a igualdade entre indivíduos perceberia ao contrário naquele tipo de medidas uma seria ameaça aos princípios do individualismo uma vez que contrariam o princípio da livre competição por mérito e desempenho. Deste ponto de vista logo que uma desigualdade inicial entre grupos estivesse corrigida mesmo que não totalmente através de políticas de preferência (e talvez o termo mais adequado e menos eufemístico para designá-las seja mesmo discriminação

minação positiva ) a livre competição deveria poder se restabelecer permitindo que se manifestassem as diferenças individuais. Estas sim consideradas legítimas.

Marcia Contins e Sergio da Silva Martins por sua vez apontam para a importância na cultura brasileira do ideal de uma sociedade homogênea em que as diferenças étnicas e raciais tenderiam a desaparecer numa solução harmônica tanto biológica quanto cultural. Como diz Marcia trata-se de algo conhecido e já um pouco gasta, embora ainda eficaz: democracia racial brasileira. Ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos onde estas diferenças seriam explicitamente reconhecidas seu ocultamento constituiria um sério obstáculo à implementação de quaisquer políticas anti-discriminatórias. Não haveria então como se contrapor a uma diferença não reconhecida senão primeiramente denunciando a sua existência nefasta.

Mas se a importância de colocar em foco e trazer à luz a discriminação parece ser uma unanimidade as estratégias para erradicá-la são objeto de muita controvérsia. Justamente porque se já gasta o ideal de democracia racial e ainda eficaz. Assim pensar numa política de cotas no Brasil exige uma reflexão séria e franca sobre a classificação de cor em nosso país e todas as suas implicações para a sociedade em seu conjunto e sobretudo para os próprios grupos discriminados. Quem almejava ser incluído entre os negros da cota? Que efeitos colaterais o assumir a cor mesmo que em troca de uma possibilidade de mobilidade social e acesso a mais recursos materiais podem trazer? Afinal se o preconceito está presente em múltiplos espaços da experiência cotidiana e uma vez assumida a identidade racial e incorporada como parte integrante e definidora do indivíduo as vantagens que ela pode trazer em algumas esferas como resultado de políticas de ação afirmativa têm muitas vezes como contrapartida a discriminação em outras esferas menos protegidas.

Como reduzir estes efeitos negativos da positividade? No caso brasileiro estas questões me parecem mais relevantes e urgentes que a preocupação tão frequentemente mencionada com a possibilidade de formação de uma elite de favorecidos dentro do grupo discriminado a partir de uma política de cotas. Porque de fato leis não são capazes de transformar mentalidades a não ser que seus princípios sejam incorporados como legítimos pelas partes envolvidas.

Quero chamar a atenção neste ponto para algumas considerações sobre os efeitos das políticas de ação afirmativa que opõem seus possíveis ganhos materiais (bem estar, melhores condições econômicas etc.) a outros ganhos de caráter subjetivo ou psicológico. Assim Paola Cappellin aponta a necessidade de refletir sobre as possibilidades das mulheres conciliarem um ideal de igualdade em termos de direitos com seus desejos subjetivos de uma especificidade feminina em termos de modelo de comportamento em relação ao mercado de trabalho. Ricardo Paes de Barros ao contrário se pergunta se as políticas de ação afirmativa resultam de fato para as mulheres em uma melhora nas suas condições materiais de bem estar ou se lhe trazem primordialmente ganhos psicológicos. Do meu ponto de vista os aspectos mentais psicológicos ou usando o jargão antropológico o modo como os grupos lidam com a sua auto-representação são não elemento secundário mas fundamental na construção de sua identidade de indivíduos cidadãos e membros de uma sociedade. E portanto um aspecto que

deve ser levado em conta sim quando traçados os objetivos de políticas anti discriminatórias Um aspecto por outro lado que não se pode detectar apenas através de dados de medição estatística Exigem uma abordagem qualitativa que busque significados se aprofunde em particularidades se arrisque ao enfrentamento de ambiguidades e incoerências inconvenientes para quem busca soluções imediatas

Todas estas observações apontam para o fato de que não se pode falar de ação afirmativa em geral mas sempre necessariamente de forma contextualizada Que estratégias serão mais ou menos eficazes não é resposta que se possa obter senão a partir de análises localizadas que levem em conta as relações sociais e os valores culturais de cada sociedade e de cada grupo considerados num determinado momento uma vez que estas relações e valores também sofrem transformações Portanto a própria noção de ação afirmativa não me parece que possa ser definida em termos da delimitação de modalidades de práticas como por exemplo a que visa estabelecer que tipo de políticas anti discriminatórias são ou não ação afirmativa Pelo contrario talvez uma melhor maneira de pensar a questão fosse detectar que tipo de ações são eficazes num dado contexto na medida em que promovem melhores condições de acesso a cidadania aos recursos econômicos políticos sociais e culturais podendo então serem consideradas como estratégias legítimas de ação afirmativa

Um segundo ponto que me parece fundamental é o dilema dos criterios utilizados para a definição dos grupos discriminados a serem favorecidos pelas políticas de combate a desigualdade O caso da Universidade da California narrado por Edward Telles oferece a meu ver um bom exemplo da retomada do velho debate sobre adotar um modelo classificatorio fundado num ideal de diversidade definido a partir de dimensões como etnicidade ou religião ou sexo ou etc ou um modelo baseado em criterios mais englobantes como os parâmetros socio-econômicos No caso brasileiro o mesmo dilema parece se reproduzir Deve-se ou não criar uma Secretaria do Negro? Os problemas do negro são do negro ou da sociedade? Como não ghettoficar e ao mesmo tempo favorecer e compensar? Sintomaticamente no Brasil uma das iniciativas experimentais de ação afirmativa desenvolvida no Rio de Janeiro são cursos de pre vestibular oferecidos a negros e carentes uma classificação que busca evidentemente articular ou pelo menos justapor os criterios de raça e classe Ao mesmo tempo como criar implementar ações afirmativas para categorias definidas a partir de multiplos parâmetros sem cair num grau de atomização e especificidade absurdo (do tipo mulher-negra-velha umbandista )?

Chego aqui a minha ultima questão que diz respeito ao sujeito das políticas de ação afirmativa Ate que ponto as comunidades e populações carentes que são seu objeto são também sujeito das decisões tocadas a seu favor e para sua promoção? Pensando não apenas no Estado e nas instituições governamentais mas também nas organizações e movimentos não governamentais como são por eles detectadas as demandas das populações que visam atender? Mais do que isso que instituições em que contextos são por estas populações vistas como legítimas e eficazes na implementação destas políticas? No caso da Universidade da California Edward Telles nos fala dos conflitos entre os poderes da Universidade e os do Estado

Mas como participam daquela discussão as minorias étnicas como são ouvidas como se auto-classificam e desejam ser classificadas? Em que medida sua voz interfere nas estratégias adotadas? E no caso das populações negras do Rio de Janeiro? Como é sua relação com o Estado com as organizações não governamentais e com os movimentos sociais que alegam representa-las? E especialmente interessante e sugestiva a informação de que enquanto as propostas de ação afirmativa da Secretaria do Estado no Rio de Janeiro ainda não foram nenhuma delas aprovadas os cursos de pre-vestibular para negros e carentes concebido e executado por Frei David com a participação direta das comunidades locais e a ação que atinge o maior número de não brancos neste estado Como então pensar o lugar e a importância da Igreja e da religião como motores destas iniciativas no contexto da sociedade e da tradição cultural brasileiras?

Ao invés de uma conclusão um conjunto de novas perguntas se acrescentam a indagação inicial sobre a eficácia das políticas de ação afirmativa no combate a discriminação Acredito que só poderemos nos aproximar de respostas - sempre no plural - de maior consequência depois de ouvirmos extensa e atentamente as populações interessadas